

PAULO FREIRE E O DIREITO À PALAVRA DOS OPRIMIDOS E DAS OPRIMIDAS NA CONTEMPORANEIDADE¹

[ARTIGO]

Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Universidade Federal do Pará

Alda Cristina Silva da Costa

Universidade Federal do Pará

1 Este artigo foi apresentado inicialmente como Comunicação oral no XXX Encontro Anual da Compós, realizado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em São Paulo, no período de 27 a 30 de julho de 2021 e está publicado nos anais do evento com o título PAULO FREIRE E O DIREITO À PALAVRA DOS/AS OPRIMIDOS/AS NAS LUTAS ANTICAPITALISTA, ANTIRRACISTA E ANTI-HETEROPATRIARCAL. Para esta revista foi ampliado, revisado e atualizado.

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo, de natureza teórico-crítica, reflete sobre a atualidade do pensamento de Paulo Freire, em relação especificamente ao direito à palavra. Argumentamos, com base nas obras *Pedagogia do oprimido* e *Extensão ou comunicação?*, que a comunicação freiriana é fonte propulsora das lutas anticapitalista, antirracista, anti-heteropatriarcal e anticapacitista, além da histórica luta dos povos indígenas no Brasil. Destacamos que as ideias de Freire emergem, hoje, como importante contribuição para pensar questões como a imposição de uma cultura do silêncio e de subalternização e, ao mesmo tempo, a luta de grupos marginalizados pelo poder de comunicar para existir.

Palavras-chave: Paulo Freire. Direito à Palavra. Lutas Sociais.

This article, of a theoretical-critical nature, reflects on the contemporality of Paulo Freire's thoughts, specifically related to the right of speech. We argument, based on the works *Pedagogy of the Oppressed* and *Extension or Communication?*, that Freirian communication is a propulsive source of anti-capitalist, anti-racist, anti-heteropatriarchal and anti-capacitist struggles and of the historical struggle of the indigenous population in Brazil. We emphasize that Freire's ideas emerge, today, as an important contribution to think about issues such as the imposition of a culture of silence and subordination and, at the same time, the struggle of marginalized groups for the power to communicate to exist.

Keywords: Paulo Freire. Right to Speak. Social Struggles.

Este artículo, de carácter teórico-crítico, consiste en una reflexión sobre la actualidad del pensamiento de Paulo Freire, en particular el derecho a hablar. Nuestra base de argumentación se centra en las obras *Pedagogía del oprimido* y *¿Extensión o comunicación?* para afirmar que la comunicación freiriana es propulsora de las luchas anticapitalistas, antirracistas, antiheteropatriarcales, anticapacitistas, además de la histórica lucha de los pueblos originarios en Brasil. Destacamos que las ideas de Freire son un importante aporte al pensamiento contemporáneo de temas como la imposición de una cultura del silencio y la subordinación, pero, al mismo tiempo, la lucha de diversos grupos en condición de marginación por el poder de comunicar para existir.

Palabras clave: Paulo Freire. Derecho a Hablar. Luchas Sociales.

Introdução

Não é no silêncio que os homens e mulheres se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação e reflexão (Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*).

Neste artigo, a matriz freiriana de comunicação será o fio condutor de nossa reflexão, pois, como bem diz o educador, “só o diálogo comunica” (FREIRE, 1976, p. 115), ou seja, somente na comunicação tem sentido a vida humana. Assim, alguns questionamentos, nesta caminhada, impõem-se logo de início. Como está constituída a comunicação, de base freiriana, que tem a potência de construir, em luta coletiva, existências silenciadas, sufocadas, no mundo social, histórico, cultural? Qual a importância da comunicação dos oprimidos e das oprimidas², os/as “esfarrapados/as do mundo” (FANON, 1968; FREIRE, 1985; 2011b), nas lutas anticapitalista, antirracista, anti-heteropatriarcal, anticapacitista, dentre outras³?

2 Paulo Freire reconheceu a linguagem machista que adotava nas suas primeiras obras, como *Pedagogia do oprimido*, em que se referia somente ao homem, pensando, assim, que estaria incluindo a mulher. Ele passou a citar mulher e homem ou seres humanos nos seus trabalhos e livros. A mudança veio após receber críticas de mulheres nos anos 1970, referentes aos seus primeiros livros. Portanto, em todo o artigo, atualizamos a linguagem por compreender, com Freire, que “isto não é, na verdade, um problema gramatical, mas ideológico” (FREIRE, 2011a, p. 93).

3 As lutas contra a dominação são diversas e não se esgotam nas citadas neste artigo. Portanto, quando falamos em lutas, podemos ampliar para as outras formas legítimas de resistir contra as opressões de toda ordem e, assim, construir um mundo mais justo e igualitário e que respeite o diferente.

As perguntas geradoras deste artigo são aparentemente óbvias, elementares, inclusive com alguns apontamentos iniciais, mas não menos passíveis de reflexão e investigação. Paulo Freire nos ensinou a ler o mundo de forma simples, porém uma leitura profunda, complexa, solidária e crítica, que vai além do ato de ler e escrever tão somente palavras, pois “ler o mundo é um ato anterior à leitura da palavra” (FREIRE, 2011a, p. 109), e tal atitude ocorre em relação com o mundo e com a coletividade. Já Boaventura de Sousa Santos (2015) argumenta que nós temos de fazer perguntas simples, elementares, inteligíveis: “Uma pergunta elementar é uma pergunta que atinge o magma mais profundo da nossa perplexidade individual e coletiva com a transparência técnica de uma fisga” (p. 8).

Com base nas perguntas geradoras anteriormente apresentadas, iniciaremos as discussões deste trabalho com o objetivo muito mais de problematizar a potência da comunicação como condição de existência humana dos oprimidos e das oprimidas do que dar respostas exatas e conclusivas às nossas indagações. Ou seja, pensar a atualidade do pensamento de Paulo Freire e sua contribuição reflexiva da ação dos indivíduos no mundo para enfrentar as relações de poder, de dominação e de opressão.

São inúmeros os seres humanos que são colocados na situação de opressão, não só na América Latina, mas em várias partes do mundo. Podemos citar, assim, os povos indígenas, as mulheres, as mulheres negras, os negros, os/as pobres das periferias, as comunidades LGBTQIA+, os camponeses e as camponesas, os ribeirinhos e as ribeirinhas, a classe trabalhadora pobre, enfim, um conjunto de pessoas que cada

vez mais se encontra em condições sócio-históricas subalternizadas, cada um/uma com especificidades de lutas contra todo tipo de dominação e discriminação.

Um exemplo de situação de opressão vivenciada por esses grupos é o impacto da pandemia global da covid-19, que tem afetado, de forma distinta, as populações do planeta. No caso desses grupos sociais, muitas pessoas estão totalmente desassistidas e sendo violentadas cotidianamente em seus direitos.

Dentre os dados que chamam a atenção, estão o aumento do feminicídio, o assassinato crescente de jovens indígenas na Amazônia e o número cada vez mais elevado de pessoas desses segmentos mortas pela doença em várias partes do mundo, pois “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros e impossível para um vasto grupo de cuidadores, cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população” (SANTOS, 2020, p. 15).

Ao tentar traçar um rosto para os oprimidos e as oprimidas, Leonardo Boff (2011), no prefácio da obra *Pedagogia da esperança*, de Paulo Freire, diz que eles e elas constituem “as grandes maiorias humilhadas, marginalizadas e excluídas do Brasil, da América Latina e do mundo” (p. 9).

Boff (2011) afirma, no sentido freiriano, que, ao internalizarem o opressor/ra dentro de si, este lhes “tolhe a voz, a palavra, ação autônoma e a liberdade” (p. 9). Os oprimidos e as oprimidas, para Boff (2011), podem ser “o explorado economicamente, o condenado à ignorância, o negro, o índio, o mestiço, a mulher, o portador de qualquer marca de discriminação” (p. 9).

Partindo dos pressupostos acima, investimos, então, no argumento de que o direito à palavra dos oprimidos e das oprimidas, base da comunicação freiriana, constitui-se como fonte propulsora das lutas anticapitalista, antirracista, anti-heteropatriarcal, anticapacitista, dentre outras. Trata-se de um imperativo ético-político da existência humana, um projeto coletivo de lutas e solidariedade para a transformação do mundo.

Como diz Freire (2011b), o diálogo é, por excelência, uma exigência existencial e, como tal, permite que homens e mulheres não só denunciem as artimanhas e manipulações do sistema de dominação, como também anunciem novos tempos na reconstrução coletiva da própria história. É assim que vemos, por exemplo, as lutas das mulheres, das mulheres negras, dos povos indígenas, quilombolas, dos negros, da comunidade LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, dentre tantas outras, como capazes de fazer avançar os direitos humanos e fazer deste mundo um espaço comum e justo para todos e todas.

Com vistas a tais argumentos, sustentamos nosso percurso, de forma central, em duas obras paradigmáticas do educador, filósofo e comunicador popular⁴ Paulo Freire que contribuíram com a formação do pensamento latino-americano: *Pedagogia do oprimido* (publicada originalmente em 1968) e *Extensão ou comunicação?* (cuja primeira

4 Situamos Paulo Freire também como um comunicador popular, não só pelos livros que produziu, que tiveram, em suas páginas, a importância da comunicação, mas também porque usou a comunicação, a dialogicidade com as classes subalternizadas, para pensar coletivamente uma outra possibilidade comunicativa, flexível, horizontal, na construção de um mundo plural e justo para todas e todos.

edição data de 1969). O período no Brasil era de ditadura civil-militar (1964-1985), quando as vozes contrárias ao regime, incluindo a de Paulo Freire, foram silenciadas pelos novos donos do poder e a saída brasileira foi a luta coletiva pela redemocratização do país.

O objetivo deste artigo também é celebrar, com Paulo Freire, em memória, com os/as oprimidos/oprimidas, com muitos/as estudiosos/as e militantes do mundo, o centenário de vida desse importante educador, comunicólogo popular, filósofo brasileiro, que lutou contra a dominação do sujeito e deixou um legado de obras importantes para se pensar sobre diversos temas da humanidade, dentre eles o da comunicação como arma poderosa contra a cadeia de opressões que cercam “os/as esfarrapados/as do mundo”.

Se a obra de Paulo Freire é uma referência imprescindível na educação como um todo, seja no Brasil ou fora dele, tomamo-la em particular para pensar os pressupostos da comunicação como relação entre sujeitos e mundo, em que estes coparticipam no ato de conhecer. Em quase todas as suas obras, em umas mais explicitamente, em outras, menos, Freire assenta a comunicação como propulsora de uma educação para fins de emancipação humana. Comunicação, no sentido freiriano, é sinônimo de educação, “um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1985, p. 46).

Há quatro seções, neste artigo, que nos orientam na compreensão da problemática proposta: 1. a concepção freiriana de comunicação, o Nós Pensamos e o Eu Penso Sozinho; 2. a desumanização, a cultura do silêncio e a humanização como restauração do direito à palavra; 3. a atualidade do pensamento

de Paulo Freire contra os silenciamentos: a luta dos povos indígenas; e 4. o contexto de lançamento das obras de Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido* e *Extensão ou comunicação?*, que dizem muito sobre uma parte da história das vozes silenciadas na América Latina, em especial no Brasil.

Comunicação: a potência da existência humana

A comunicação, como uma complexa potência da existência humana, é tomada neste artigo como um imperativo ético-político por meio do qual os sujeitos interlocutores se constituem na relação com o mundo e com os outros sujeitos e, nessa interação, “ganham” existência como seres histórico-sociais. Na dialética e dialógica matriz comunicativa, à luz freiriana (FREIRE, 1985; 2011b), o sujeito tem o pleno direito de se pronunciar ao mundo, o que significa dizer que o outro tem o mesmo direito, como ser histórico-social, de expressar a sua palavra ao mundo, de dizer ao mundo tanto quanto eu.

A comunicação encarada nesse sentido parece inatingível, já que as dinâmicas interativas estabelecidas entre os seres humanos com e no mundo vivido estão longe de materializar o sentido da comunicação como constituinte do comum da existência humana. Partilhar, em comunicação, não significa, em nenhuma hipótese, que temos de concordar sempre com a outra pessoa, ou até mesmo achar, nesse processo dialético, dialógico, relacional, que a tensão, o confronto de ideias e os debates estão eliminados,

ao contrário: a comunicação é um direito humano, e o direito à palavra deve ser um direito de todos e todas. É nesse sentido que Freire (1985) advoga pelo direito à palavra dos oprimidos e das oprimidas: “Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar” (p. 49).

Longe de uma visão instrumental de comunicação, o que Freire nos coloca de forma viva e, portanto, radical, nas suas obras, é a luta corajosa pelo poder da palavra, pelo poder de comunicar, que precisa ser recuperado com toda a força pelos sujeitos que se encontram oprimidos/oprimidas diante de uma estrutura de dominação materializada nos ambientes da realidade social, seja racista, misógino, homofóbico, na esfera do capacitismo, por exemplo. Comunicar é existir! Do contrário, o sujeito é eliminado do mundo, sufocado na história, transformado em quase coisa, coisificado.

Assim, Freire formula um importante argumento:

É como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo. Somente homens e mulheres, como seres ‘abertos’, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de uma linguagem criadora (FREIRE, 1985, p. 65).

É preciso alargar o entendimento de que a comunicação, que é intencionalidade, não se limita ao ato de falar e escutar entre dois sujeitos; tampouco se restringe a determinismos tecnológicos que colocam na centralidade contemporânea o universo

instrumental-midiático, assentado no mercado, como o único fundamento e principal razão da vida em sociedade, deixando de lado a rica e complexa gama dos fenômenos comunicativo-discursivos, relacionais, que ocorrem no mundo vivido.

Na potência dialética e dialógica da comunicação de base freiriana há processos de afetação que movem relações complexas entre seres humanos e a realidade concreta, de forma objetiva e subjetiva. Tais processos exigem seres humanos com papéis de sujeitos e não de objetos, que, conscientes de si e do mundo, possam agir de forma crítica para mudar uma dada realidade.

Seguindo tais argumentos, a palavra freiriana, que deve ser compreendida como a palavra do diálogo – e por isso mesmo não pode ser confundida com uma matriz mecanicista –, possui duas fortes dimensões, a ação e a reflexão, que precisam ser conjugadas de forma radical para a transformação do mundo. No sentido freiriano de comunicação, chama-se “palavração” uma práxis da libertação, já que “existir, humanamente, é pronunciar o mundo”, para que “o mundo pronunciado [...] se volte problematizado aos sujeitos pronunciantes a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 2011b, p. 108, grifo nosso).

Entretanto, a concepção comunicativa freiriana revela que não existe palavra verdadeira dissociada da práxis: se desprezar a reflexão, a palavra se reduz a ativismo, tão somente ação; se desprezar a ação, aciona tão somente verbalismos (FREIRE, 2011b). Portanto, sem uma das dimensões, ação ou reflexão, a palavra se torna falsa e alienante, e não realizará o seu principal papel, que é conscientizar sujeitos para mudar a

realidade social. Ela contribui, desse modo, para forjar formas inautênticas de existências. Ação e reflexão, como defende rigorosamente Freire, devem ocorrer de modo simultâneo; logo, são inseparáveis.

Quantas existências inautênticas foram fabricadas pelas culturas de dominação ou até existências eliminadas do mundo vivido? A palavração, à luz freiriana, como práxis da libertação, mobiliza e aciona sujeitos criativos e rebeldes, porque aprendem a ser questionadores e a não se conformarem com o que já está determinado. Por isso, o ser humano, para Freire, está em constante construção criativa. Uma aventura humana em evolução coletiva.

Nós pensamos x eu penso sozinho

Segundo Trombeta (2010), em Freire, a alteridade é condição para a constituição do próprio eu. O reconhecimento da alteridade, observa Trombeta, da diferença, passa, necessariamente, para a emergência ético-epistemológica do eu e do outro. E isso se materializa no diálogo com a alteridade, possibilitando o desenvolvimento da identidade. Essa alteridade é refletida pelo filósofo em referência “sempre ao rosto, ao corpo dos oprimidos e das oprimidas/excluídos/excluídas e ao seu clamor por dignidade” (TROMBETA, 2010, p. 50, grifo nosso).

Nessa perspectiva, considerando o ser humano como ser em construção coletiva, Freire entende a intersubjetividade/intercomunicação como fundante no ato do conhecer humano. Para ele, o mundo humano é por excelência um mundo do diálogo, da comunicação, sem o qual o conhecimento não se concretiza: “Corpo consciente (consciência intencionada ao mundo,

à realidade), o homem [e a mulher] atua[m], pensa[m] e fala[m] sobre esta realidade, que é a mediação entre ele [e ela] e outros homens [e mulheres], que também atua[m], pensa[m], fala[m]” (FREIRE, 1985, p. 44). É por isso que ele enfatiza que a comunicação se manifesta, se materializa, de forma radical na “coparticipação dos sujeitos no ato de pensar” (FREIRE, 1985, p. 45).

Logo, há que se privilegiar, na relação comunicativa freiriana, o *nós pensamos*. *O eu penso sozinho* é deixado de lado. Por que o *nós pensamos* é fundante na comunicação freiriana? Porque a comunicação não é um comunicado. Aliás, está longe disso. Ambos têm naturezas bem distintas no pensamento do educador brasileiro e cabe esclarecer as especificidades de cada um para que possamos avançar na proposta deste artigo.

A comunicação está na esfera relacional, de conhecimento, entre os sujeitos interlocutores e não pode ser interceptada, cortada do mundo humano. Apresenta o método da horizontalidade dialógica e dialética entre as pessoas, pois estas são encaradas como sujeitos do conhecimento, sujeitos da comunicação. Assim, o *nós pensamos* tem primazia nesse processo. A comunicação, nesse sentido, humaniza as pessoas – e estas modificam o mundo – e as torna protagonistas das suas próprias histórias e do mundo.

De acordo com Lima (2011), Freire coloca a comunicação como uma situação social em que os seres humanos constroem conhecimentos de forma coletiva, “transformando e humanizando o mundo, em vez de transmiti-lo, dá-lo ou impô-lo” (p. 64). Diante disso, Lima (2011) observa que “a comunicação é uma interação entre

sujeitos iguais e criativos” (p. 64) que necessita estar assentada no diálogo.

Já a esfera do comunicado é o oposto desse processo e coloca o *eu penso sozinho* no topo da relação. O comunicado está assentado no método da dominação do outro, retirando a sua condição de sujeito, para assim eliminar a sua essência. Ao ter na centralidade tão somente a manipulação para a dominação, os comunicados desumanizam os sujeitos.

Comunicado, no sentido freiriano (1985), é extensão, é técnica de transferência automática de conteúdos cristalizados, uma transferência sistemática, depositária, de algo que foi cuidadosamente pensado por um sujeito para cercar e disparar para o outro; o outro, nessa relação de dominação, é um objeto, um ser paciente.

O processo comunicacional de matriz freiriana exige um *pensar e fazer* complexos de relações entre os seres humanos no e com o mundo que possam penetrar camadas profundas para além da conivente e conveniente superficialidade e dominação. Dessa forma, *pensar e fazer* conjugados, amalgamados, um *nós pensamos*, devem ser vistos como atos comunicativos libertadores por excelência. Essa relação comunicativa exige uma base de signos comum para os sujeitos, pois “só se comunica o inteligível na medida em que este é comunicável” (FREIRE, 1985, p. 46). Trata-se de um exercício comunicacional/educacional que impacta, de modo objetivo e subjetivo, os seres humanos e, por isso mesmo, o mundo vivido.

É muito comum a quebra do contrato comunicativo, da dialogicidade, ação que culmina no desrespeito a um ser

humano – marcado apenas como o Outro – e no desprezo ao *nós pensamos*. Assim, a comunicação é a primeira a ser descartada, prevalecendo a opressão, a dominação, a violência, a destruição de saberes, culturas e vidas, a domesticação e a docilização de seres humanos e o silenciamento de existências.

Nesse caso, o processo comunicativo é danificado na realidade concreta quando somente uma parte assume o poder e a posse da palavra, quando somente um sujeito se pronuncia ao mundo, para, em última instância, desdizer o outro sujeito da relação, anulando-o do mundo vivido. O *eu penso sozinho*, nesse processo, domina a relação.

Trata-se de uma dinâmica discursiva e operativa, portanto, instrumental, de mão única, para fins de controle, dominação e exploração de ampla parcela vulnerável do mundo. A intenção é oprimir, ao grau máximo, os/as chamados/as excluídos/as e miseráveis do sistema mundial por meio de toda e qualquer forma de desumanização.

Diante do exposto, Freire (1985; 2011b) observa que em toda teoria há uma ação. Desse modo, ele menciona a teoria da ação, que tem como base a antialogicidade, e a teoria da ação à luz da dialogicidade. Interpretamos com Freire a primeira como aquela que nega o diálogo e faz da ação apenas algo extensionista, conteudista, instrumental; anula a presença da pessoa como sujeito, uma verdadeira invasão cultural, opressora, pois está assentada na manipulação, na reificação. Compreendemos a segunda, por sua vez, como aquela que se assenta, por excelência, no diálogo e tem na ação a coparticipação, a exigência do *nós pensamos*, porque implica problematizar a efetiva inserção de mulheres e homens

na realidade como sujeitos em construção crítica e criativa. Neste caso, a natureza dela é de transformação, de humanização. Freire (1985), assim, anuncia o *ser dialógico* como aquele que vivencia o diálogo:

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si” (p. 28).

Como podemos observar, a relação dialogal de Freire não anula nenhum ser humano. Pelo contrário, “o diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro” (FREIRE, 1992, p. 118).

Para avançarmos cada vez mais neste debate, passamos a refletir a respeito do projeto de desumanização que produz o ser minimizado, o não cidadão, e que atua por meio da antidialogicidade.

O ser menos, a desumanização e o roubo da comunicação

A desumanização faz parte de um projeto da cultura dominante que tem na raiz a subtração de existências. Quando se subtraem existências, rouba-se a potencialidade comunicativa dos seres humanos. Nas palavras freirianas, rouba-se o

direito à palavra como condição de ser e estar com e no mundo vivido. Trata-se de uma grande violação de direitos humanos. É por isso que, na relação entre dominador e dominado, “o dominador não tem outro caminho senão negar às massas populares a práxis verdadeira. Negar-lhes o direito de dizer sua palavra, de pensar certo” (FREIRE, 2011b, p. 170).

A técnica de desumanização é muito útil nas culturas de dominação, pois é acimentada na diminuição do sujeito, a ponto de ele/ela, muitas vezes, nem perceber que querem fazer dele/dela um objeto, uma coisa, ele/ela não questiona, de nada duvida, tampouco reivindica algo. Por essa matriz, não existe direito para essa pessoa, já que “não é humana”, não é cidadão/cidadã. As artimanhas da dominação com fim de exploração e minimização dos sujeitos são ora sutis, quase imperceptíveis, ora diretas, objetivas.

A desumanização, ao negar o diálogo, não problematiza as relações humanas com e no mundo, o estar com outros seres humanos, mas possui uma lógica autoritária, uma técnica antidialógica. Importante observar que a desumanização, que é estrutural, materializa-se, ainda que de modo distinto, tanto no opressor/ra quanto no oprimido/da, alerta Freire (2011b), que destaca, nesse processo, a distorção do *Ser Mais*: “É distorção possível na história, mas não é vocação histórica” (p. 40).

Freire, com isso, faz outro alerta para o fato de que a desumanização precisa ser compreendida não como um destino dado na história, mas como um “resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores/ras, e esta o Ser Menos”

(FREIRE, 2011b, p. 41). É uma das características fundantes do *Ser Menos* é a produção de seu silenciamento.

A cultura do silêncio, a cultura da dominação

É sob as estacas profundas da dominação que se firmou e afirmou, na história latino-americana, uma espécie de sufocamento de vozes subalternizadas, patrocinadas por uma razão capitalista, colonialista, racista, heteropatriarcal. Tal prática é legitimada por uma educação positivista na sociedade, pela família, igreja, pelas academias, escolas, pelos quartéis, e está aliada a uma comunicação midiática, tecnicista, voltada para o mercado, bem como a outras instâncias e organismos sociais do Estado e da sociedade. Essa hegemonia atua para o “desenvolvimento” da chamada modernidade, para a “ordem e o progresso” social e econômico, ou seja, para manter o privilégio e as riquezas geradas pela ampla maioria dos oprimidos e das oprimidas em prol de pouquíssimas mãos.

Esse é o contexto fértil da chamada cultura do silêncio que Freire tanto denuncia. Calar as classes populares e torná-las assim invisíveis faz parte da própria estrutura hegemônica com a finalidade de forjar a consciência hospedeira opressora na consciência do sujeito oprimido (FREIRE, 2011b), para reproduzir as dinâmicas desumanizantes da exploração humana. O silêncio dos oprimidos e das oprimidas, como uma das marcas da cultura da dominação, revela um perigosíssimo processo de alienação de humanidades, de verdadeiros roubos de existência em vida para fins de conquista, manipulação, exploração, como já foi dito anteriormente.

É por isso que o silêncio das classes e dos grupos mais explorados e desamparados, como observa Freire, não pode ser compreendido sem o contexto e a relação estabelecida na dinâmica da ordem estrutural, histórica, cultural, social, de matriz colonial, motivo pelo qual o educador elabora algumas hipóteses com base no diálogo que estabeleceu com a classe camponesa do Nordeste brasileiro, nos anos 1960, e com várias experiências vividas, tempos depois, com pessoas em situação de opressão em outros países da América Latina, África etc.

Essas hipóteses foram sintetizadas em quatro eixos e têm a força de serem atuais no século XXI, principalmente quando se coloca o contexto brasileiro, de base capitalista/colonialista/racista, heteropatriarcal. São eles: 1. experiência existencial dos camponeses e das camponesas ocorre na prática do antidiálogo; 2. o latifúndio é uma estrutura vertical, fechada, antidialógica e de base colonial; 3. o latifúndio apresenta obstáculos à mobilidade social, impondo hierarquias sociais para as pessoas dos estratos mais “baixos”, tidas como inferiores; e 4. os latifundiários estendem a posse da terra também para os homens e as mulheres (FREIRE, 1985, p. 31). Logo, o problema do silenciamento não está nos/nas oprimidos/oprimidas, denuncia Freire (1985), mas “na estrutura social, enquanto fechada e opressora” (p. 32), em outras palavras, nos condicionamentos socioculturais.

Ora, o que está em jogo é a vida dos oprimidos e das oprimidas; esta sim tem valor de exploração ao grau máximo, e não a existência como possibilidade crítica e criativa de estar no e com o mundo, como sujeitos de direitos, que constroem a própria história

em coletividade. Observemos, assim, como Freire faz distinção entre vida e existência humana: “O ser que simplesmente vive não é capaz de refletir sobre si mesmo e saber-se vivendo no mundo. O sujeito existente reflete sobre a sua vida, no domínio mesmo da existência e se pergunta em torno de suas relações com o mundo” (FREIRE, 1985, p. 66).

Tomar as rédeas da própria existência é o desafio que Freire imputa a todos e todas, mas principalmente aos/às oprimidos/oprimidas. Precisamos reivindicar a vida e também a própria existência, a própria história, na perspectiva da consciência crítica, transformadora, pois a existência humana, nas palavras de Freire (2011b), “não pode ser muda, silenciosa” (p. 108). É com base nesse argumento que iremos adentrar no debate da restauração do direito à palavra dos oprimidos e das oprimidas.

Ser mais: humanização como restauração do direito à palavra

Uma das primeiras tarefas dos oprimidos e das oprimidas, para que haja a quebra dessa cadeia de dominação/exploração, é a restauração humana do direito à palavra como um imperativo fundamental da constituição da sua existência. Por esse motivo, Freire defende uma educação para a libertação por meio da comunicação dialógica entre sujeitos, e não a da extensão mecanicista enquanto comunicado: “Não será com o antidiálogo que romperemos o silêncio dos camponeses [e camponesas], mas sim com o diálogo em que se problematize seu próprio silêncio e suas causas” (FREIRE, 1985, p. 32).

Assim, a problematização da realidade e suas causas é uma das vigas mestras do diálogo freiriano, que pode ocorrer por

meio do conhecimento científico e técnico, no âmbito formal, ou que pode se desenvolver por meio de todo e qualquer conhecimento baseado na experiência, no âmbito informal, pois a finalidade é compreender a realidade para transformá-la (FREIRE, 1985). Em outras palavras, “o diálogo problematizador não depende do conteúdo que vai ser problematizado. Tudo pode ser problematizado” (FREIRE, 1985, p. 35), inclusive o mutismo de certos oprimidos e oprimidas pode e deve ser questionado.

Em vista de tais argumentações, o *Ser Mais* freiriano é o sujeito humanizado, cheio de potencialidades, solidário na luta para a transformação das injustiças e desigualdades sociais, econômicas, políticas etc. É sujeito ativo do ato do conhecer humano, é sujeito que luta, em coletividade, pelo direito à palavra como potência criativa e crítica, características que desprezam a “falsa generosidade” (FREIRE, 2011a).

Diante de tal pressuposto, homens e mulheres, para Freire (1985), são sujeitos da “práxis, da ação e da reflexão” (p. 17). Trata-se de uma negação do *Ser Menos*, aquele ser transformado forçosamente em uma coisa. Assim sendo, Freire argumenta: “É como homens [e mulheres] que os oprimidos [e oprimidas] têm de lutar e não como ‘coisa’. [...] Não podem comparecer à luta como quase ‘coisa’ para depois serem homens [e mulheres]. É radical esta exigência” (FREIRE, 2011b, p. 76). Uma exigência que passa pela potência da palavra, pois, para ele, os/as oprimidos/as necessitam acionar a palavra, que é um “trabalho de ação-reflexão” (FREIRE, 2011b, p. 108), já que calados/as não se constituirão como seres histórico-sociais.

A luta pela humanização é uma luta legítima, portanto, autêntica dos oprimidos e das oprimidas para conquistarem direitos em todas as dimensões, uma vez que ela corresponde a um combate ontológico do *Ser Mais* contra o *Ser Menos*, diria Freire. Somente assim os sujeitos e o mundo vivido ganham significados, ou, melhor dizendo, novo significado. Podemos observar, no decurso da história e, cada vez mais, nos tempos atuais, as formações revigorantes e insurgentes de coletivos, de movimentos sociais e populares, que se encontram, de alguma maneira, em situação de opressão e que, por isso, organizam-se para somar, de forma solidária e comunitária, nas lutas anticapitalistas, antirracistas, anti-heteropatriarcais, anticapacitistas etc.: “Mexeu com uma, mexeu com todas”, anunciam as feministas; “Nada sobre nós sem nós”, avisa o Movimento das Pessoas com Deficiência; “Parem de nos matar, vidas negras importam”, expressam os Movimentos de Negras e de Negros; “Território, nosso corpo, nosso espírito”, reivindicam as mulheres indígenas; “Nenhum direito da comunidade LGBTQIA+ a menos”, expressa a comunidade LGBTQIA+; “Salvem a Amazônia”, gritam não só os movimentos ambientalistas internacionais, nacionais, regionais e locais; “Nós não somos apenas números! Vidas indígenas importam, precisamos conhecer as histórias dos que estamos perdendo. É preciso humanizar esses dados!”, destacam os povos indígenas, dentre outras vozes espalhadas pelo mundo que se negam a ficar silenciadas.

Certamente que esse quadro de denúncias de mortes, de racismo estrutural, de discriminações de toda ordem, mas também de anúncios potentes de

reconstrução de existências roubadas, não assentadas na lógica mercadológica e do consumo, com novas possibilidades criativas e alternativas de estar com o e no mundo, abre fissuras importantes na hegemonia do sistema neo/capitalista e nos seus sustentáculos de dominação.

As lutas de cada movimento, coletivo, associação, comunidade são as mais diversas, com problemáticas que atravessam entre si e passam a ser base comum das campanhas e dos protestos, como a denúncia da política de morte implementada contra as mulheres negras, as mulheres, os negros, os povos originários, a comunidade LGBTQIA+ etc., o que serve de fundamento para destacarmos que o direito à palavra deles e delas está na ordem do dia, é um imperativo das lutas sociais, pois há uma exigência existencial de serem protagonistas das próprias histórias, pois, na centralidade de suas palavras, ecoa a ideia de que todas as vidas importam.

Por muitos anos, rotularam esses grupos como seres humanos sem voz e estabeleceram que a causa do mutismo de seus membros estava exclusivamente atrelada à própria existência; eles e elas eram os únicos culpados por não saberem se expressar, se comunicar no mundo. No entanto, como alertou Paulo Freire, a causa desse silenciamento não estava/está nos oprimidos e nas oprimidas, mas na ordem do sistema mundial que a tudo – e a todos e todas – quer controlar.

A luta emancipatória dos/as oprimidos/as não é nada fácil, é muito árdua, pois todos os mecanismos da cultura do silêncio estão fincados estruturalmente na sociedade para emudecer os grupos sociais mais desfavorecidos do tecido social, retirando-os

da história. Desse modo, muitos grupos subalternizados que citamos neste trabalho já entenderam que o direito à palavra é fundamental, é um imperativo ético-político, no enfrentamento a todas as formas de opressão, assim como a luta de base coletiva, organizada para avançarem nas conquistas necessárias de cidadania. Trata-se, destaca Freire (2011b), de uma luta coletiva para a libertação de si e dos opressores/ras, para a recomposição da humanidade de ambos.

É por tal motivo que Freire, ao destacar a força e o potencial da palavra como pura práxis, *ação e reflexão* – e nesse âmbito transforma a realidade, colocando-a como direito de todos e todas –, observa também, de forma crítica, que “ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho/a, ou dizê-las para os outros seres humanos, num ato de prescrição com o qual rouba a palavra dos demais” (FREIRE, 2011b, p. 109). Daí a exigência do *nós pensamos*, jamais o *eu penso sozinho*.

Negar a palavra tem relação direta com o fato de negar o direito dos oprimidos e das oprimidas de se expressarem ao mundo (FREIRE, 1985). Toda essa dinâmica freiriana exige uma refundação não só no âmbito da comunicação como também no da educação e da cultura, no sentido de expulsar as concepções castradoras da dominação, que limitam e alienam as potencialidades dos sujeitos.

Sem a expulsão dessa cadeia de opressão, o diálogo e a emancipação não se realizam. Assim, Freire (2011b) não acredita no diálogo entre aqueles que “negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham no direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito” (p. 109). Para que essa desumanização não se mantenha, é necessário que “os que assim se

encontram negados no direito primordial de dizer a palavra reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue” (FREIRE, 2011b, p. 109).

Cabe observarmos, com Freire, que os oprimidos e as oprimidas sabem, na própria pele, na labuta do dia a dia, o que significa uma ordem injusta e opressora, é por isso que somente eles e elas, no coletivo, podem lutar pela liberdade, “libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento de lutar por ela” (FREIRE, 2011b, p. 43).

Com base nos aportes freirianos, compreendemos a comunicação como aquela que possibilita aos seres humanos estarem em relação com o mundo e com os outros seres humanos. Ela é um direito humano fundamental – o direito à palavra –, do qual não podemos abrir mão em nenhum momento. Nesse sentido, a comunicação é um imperativo ético-político que exige dos sujeitos uma luta emancipatória constante, cotidiana, para manterem esse direito sempre ativo contra toda e qualquer forma de silenciamento da voz, de aprisionamentos de potencialidades dos sujeitos, de ocultamento de existências, de eliminação de histórias, de culturas, de saberes, de seres.

Paulo Freire e a atualidade de seu pensamento contra os silenciamentos e as invisibilidades sociais

Nós, indígenas, continuamos invisibilizadas. Já foram muitas as epidemias

virais que exterminaram povos e culturas. Sabemos bem a dor de passar por isso (Diante...).

O pensamento de Paulo Freire é tomado por nós como atual e comunicativo, pois, ao mesmo tempo que provoca e inquieta, faz refletir sobre a realidade global e, no nosso caso, a brasileira, e com ela, todas as formas de dominação e de opressão que se mantêm contra um número elevado de seres humanos. Procuramos pensar, neste trabalho, com o educador, a respeito dos povos indígenas, buscando debater o desconhecimento do passado e presente desses povos e a luta deles/delas pelo direito à palavra. Como bem diz a antropóloga Manuela Cunha (2012), se antes sabíamos pouco da história indígena, “hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe” (p. 11).

A pesquisadora lembra que vários povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência da ação predadora da ganância e da ambição, praticada num processo complexo entre homens e micro-organismos, com a invisibilidade do morticínio que reduziu uma população que estava na casa dos milhões em 1500 aos pouco mais de 800 mil indígenas que hoje habitam o Brasil (CUNHA, 2012).

Na atualidade, segundo dados do censo brasileiro de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵, a população indígena brasileira é estimada em 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e

315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Essa população está distribuída em 305 povos indígenas, falantes de 274 línguas. A presença masculina nas terras indígenas chega a 51,6%; enquanto a feminina – 51,3% – predomina fora delas. Outro importante aspecto identificado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) dá conta que, hoje, existem no Brasil cerca de 114 registros da presença de povos indígenas isolados em toda a Amazônia Legal⁶.

O apagamento e essa invisibilização intencional desses povos, no Brasil e na Amazônia, foram/são partes do projeto da colonização, que, “valendo-se da guerra, da escravidão, da ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade, além de um etnocídio sem precedentes” (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 239). O que espanta ou indigna é o fato de que, ainda hoje, constata-se ações de sufocamento desses povos contra sua história e sua existência.

Nessa perspectiva, observamos, com a pandemia global da covid-19, uma nova ameaça de genocídio contra os povos indígenas, mas, ao mesmo tempo, uma grande mobilização dos povos e das entidades representativas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e suas organizações de base, buscando evitar uma nova tragédia humanitária, em virtude do descaso do

5 Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

6 A Amazônia Legal é uma área que comporta nove estados brasileiros pertencentes à Bacia Amazônica e a área de ocorrência das vegetações amazônicas. Esse território foi denominado com base em análises estruturais e conjunturais, reunindo regiões de idênticos problemas econômicos, políticos e sociais, com o intuito de planejamento do desenvolvimento social e econômico da região amazônica.

governo Bolsonaro e da situação de vulnerabilidade vivida pelos indígenas. Até o fechamento deste artigo, foram contabilizados pela Apib 62.238 contaminados, 1.240 indígenas mortos e 162 povos afetados pela covid-19⁷. Essas mortes são consequência da negligência do poder público e o desrespeito à vida dos povos indígenas, pois, de acordo com a Apib,

Muito mais do que números, foram nossos pajés, nossas rezadeiras e rezadores, parteiras, anciões e anciãs, cacicas e caciques que partiram. Perdemos os nossos velhos que guardavam as lembranças da memória de nossa ancestralidade, guardiões do conhecimento, dos cantos, das rezas, da nossa espiritualidade. Lideranças que dedicaram suas vidas à luta pela defesa do território, da integridade e da existência física e cultural de seus povos. Sofremos em nosso luto por essa tragédia que atinge não somente nós, indígenas, mas toda a humanidade (APIB, 2020, p. 5).

Além do alastramento do vírus, violências diversas eclodiram contra os territórios indígenas, considerando o estado de afastamento social vivido na sociedade. “Os criminosos que invadem nossas terras não fizeram quarentena e, muito menos, home office” (CIMI, 2020, p. 5) e continuaram saqueando os territórios e a existência indígenas.

Para se ter uma ideia do agravamento de violências contra os indígenas no Brasil, o *Relatório violência contra os povos indígenas do Brasil – dados de 2019*, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2020) aponta

o aumento da categorização de 16 para 19 tipos de violências praticadas contra esses povos. Em específico, a ocorrência de conflitos territoriais passou de 11 para 35 casos em 2019; ameaça de morte, de oito para 33; ameaças várias, de 14 para 34 casos; quase triplicou o número de registros de lesões corporais dolosas: de cinco para 13; e mortes por desassistência, de um total de 11, em 2018, para 31 casos, em 2019. O relatório contabiliza ainda outras violações praticadas contra os indígenas em 2019: abuso de poder (13), ameaça de morte (33), ameaças várias (34), assassinato (113), homicídio culposo (20), lesão corporal dolosa (13), racismo e discriminação étnico-cultural (16), tentativa de assassinato (25) e violência sexual (10), totalizando o registro de 277 casos de violência praticadas contra a pessoa indígena (CIMI, 2020).

Essas violências vêm sendo, por um lado, denunciadas sistematicamente, ação que denota o uso de forma vigorosa do direito à palavra pelas entidades representativas dos povos indígenas, que se dirigem aos organismos nacionais, internacionais e à sociedade civil para lutar contra o descaso do governo brasileiro com os indígenas, inclusive apontando a omissão e o desmonte da frágil estrutura de proteção dos povos. Consta-se que esse descaso vai de encontro à efetivação dos direitos coletivos e diferenciados, reconhecidos na “Constituição de 1988, na Convenção 169 da OIT, nas declarações dos direitos dos povos indígenas da ONU e da OEA e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos” (CIMI, 2020, p. 12).

Por outro lado – e anunciando novos tempos – os indígenas vêm lutando, historicamente, pela libertação de um contexto colonial que marcou/marca seus corpos e

7 Disponível em: <https://apiboficial.org/emergenciaindigena/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

suas identidades, esses sujeitos, na perspectiva freiriana, têm pensado a existência e a necessidade de resistência para a transformação de uma ordem injusta e opressora, com esperança, ou seja, sem a passividade da espera: “Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos” e, nesse sentido, na mudança da postura rebelde em postura revolucionária (FREIRE, 1996, p. 87).

Se a mídia tradicional optou por falar de um indígena genérico e homogêneo, ignorando a cultura e as particularidades das diversas etnias, aos moldes dos viajantes europeus do século XVI, ou por um discurso simplista, reducionista, com um “[...] número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 1987, p. 135), os povos indígenas estão quebrando essa narrativa, usando o poder da palavra, exercendo esse direito fundamental, seja em redes digitais, com canais próprios, seja em manifestações individuais e coletivas nas ruas, ressignificando suas mobilizações e suas lutas com a realização de movimentos que chamam a atenção da comunidade local, nacional e internacional⁸.

8 Dentre as ações realizadas de forma virtual, podemos destacar, em 2020: o 16º Acampamento Terra Livre, que alcançou mais de 1,5 milhões de pessoas; a Assembleia Nacional da Resistência Indígena, que reuniu centenas de lideranças de todo o país e rearticulou suas estratégias de luta; a série online *Maracá*, que mobilizou um conjunto de ativistas, indígenas e não indígenas, políticos, cientistas, dentre outros, para a produção do Plano Emergência Indígena; a Marcha das Mulheres Indígenas on-line e a Cura da Terra; Encontro global de mulheres indígenas, dentre outros eventos (APIB, 2021).

Desse modo, os povos indígenas e suas entidades sentiram a necessidade também da produção de conteúdos midiáticos para a sociedade, com a finalidade de visibilizar e socializar suas lutas e demandas.

Com um governo que a todo momento pratica a desinformação com mentiras, foi importante a nossa participação na assistência/assessoria aos povos indígenas na temática da comunicação. Atuamos na produção e divulgação de conteúdos por meios de veículos de comunicação próprios e de parceiros, bem como, prestamos assessoria de imprensa para outros veículos de comunicação.

As inúmeras iniciativas que possibilitaram à sociedade civil e às autoridades públicas terem acesso a conteúdos informativos e formativos sobre a realidade da luta dos povos indígenas foram fundamentais para o devido apoio às demandas dos povos indígenas. Além da realização da “Semana dos Povos Indígenas”, em 2019, que contou com produção de folders e cartazes, o Cimi elaborou e publicou a sua posição política institucional em defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas em quatro textos analíticos e seis notas públicas (CIMI, 2020, p. 13).

Ao tentar contar a inserção indígena na história brasileira, Manuela Cunha (2012) observa que “por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo que os indígenas foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhe eram externas e que os destruíram” (p. 22). Esse discurso tinha um fundamento moral e teórico de que “a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro”. Logo, “a periferia do capital era

também o lixo da história”. Assim, houve uma batalha pela eliminação física, étnica e histórica dos indígenas como sujeitos históricos (CUNHA, 2012, p. 22).

Nessa construção, retomamos as reflexões de Michel Foucault (1996) quando destaca que a produção do discurso na sociedade é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório [...]” (p. 8-9).

Mas, colocamos em cena, no modus freiriano, o sentido da comunicação como ação e reflexão, uma vez que o conhecimento se constitui nas relações sujeito-mundo, “relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 1992, p. 36). Por isso, o direito à palavra tem se tornado um imperativo ético-político desses povos nas suas resistências e existências em luta para adiar “o fim do mundo” (KRENAK, 2019).

O contexto do pensamento freiriano e as vozes silenciadas

Em pleno período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), lançar duas obras com títulos perturbadores e questionadores como *Pedagogia do oprimido* (1968) e *Extensão ou comunicação?* (1969) representou um importante ato político do filósofo Paulo Freire contra todas as cadeias de opressão que se estabelecem no mundo, social, histórico, cultural, mas fundamentalmente em seu próprio país.

O tema do silenciamento da voz, do assalto ao direito à palavra do mundo das pessoas oprimidas, da desumanização e da

humanização, é trabalhado de forma central e com densidade em cada página dos dois livros. Tanto *Pedagogia do oprimido* quanto *Extensão ou comunicação?* se constituem como trabalhos de ação e reflexão do educador brasileiro, lançados durante sua estada em Santiago, no Chile, país que o acolheu no exílio, já que seu direito à palavra, no seu próprio país, foi cerceado, como foi cerceado todo o seu trabalho educacional e comunicativo, ambos revolucionários. No país irmão, Paulo Freire atuou, dentre outros órgãos, no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (Icira).

A potente escritura da *Pedagogia do oprimido* faz a denúncia do roubo da palavra dos oprimidos e das oprimidas, atravessando toda a obra, mas também elabora o anúncio de que é possível sim restaurar a humanidade roubada deles e delas. A obra, pelo impacto no continente latino-americano e em várias partes do mundo onde foi lançada, sofreu ferrenha censura dos ditadores brasileiros e, por isso, somente depois de seis anos de publicada, foi lançada no Brasil, em 1974.

Nessas duas produções, Freire tem a primazia de colocar no centro do debate, como sujeitos, os/as esfarrapados/as do mundo, os oprimidos e as oprimidas, suas relações histórico-sociais, visibilizando suas dores, suas causas, suas palavras censuradas, as desumanidades provocadas pelas experiências de dominação/colonização/racismo e possibilidades infinitas de humanidade.

Paulo Freire também denuncia – como educador comprometido com a igualdade, a justiça social e cognitiva e a defesa de epistemologias assentadas nas culturas da classe trabalhadora e grupos populares do campo ou da cidade, nos oprimidos e nas oprimidas – a concepção

bancária de educação numa crítica ferrenha aos/às professores/as que acham que tudo sabem e pensam que o alunado é apenas um depósito para a introjeção de conteúdos prontos. Escolas, universidades e metodologias desse tipo são ferramentas do sistema de opressão, mas podemos ampliar essa relação de dominação e manipulação para outras esferas do social.

Se, por um lado, Paulo Freire denuncia a concepção de educação castradora, por outro, anuncia a educação em que sempre acreditou, aquela que problematiza o mundo vivido e liberta os sujeitos das opressões. Freire não teorizou no vazio, pensou, praticou e provou, não só nas obras citadas, no convívio com os camponeses e as camponesas do Brasil, do Chile, de países africanos, mas também em suas palestras e entrevistas conferidas/concedidas pelos quatro cantos do mundo. Segundo ele, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2011b, p. 95).

Especificamente sobre a obra lançada pelo Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária, do Chile, *Extensão ou comunicação?*, publicada no ano seguinte ao do AI-5, Paulo Freire coloca, como fulcro da discussão, mais uma vez, a questão da comunicação. Dessa vez, elege como locus de compreensão o ambiente agrário, de base latifundista, colonial, vertical, opressora, problematizando a relação que é estabelecida entre o profissional agrônomo e os camponeses e as camponesas, a partir de uma questão geradora: extensão ou comunicação? Essa pergunta, simples, mas carregada de complexidade, de profundidade, dá não só o título à obra, mas é seu fio condutor.

Interessante observar que a comunicação em Freire ganha uma centralidade exatamente no momento em que o professor pernambucano está exilado em Santiago por conta das suas ideias educacionais, pedagogias e comunicação revolucionárias. Nos regimes ditatoriais, totalitários, a comunicação é uma das primeiras a serem atacadas, silenciadas. Quem não é favorável ao regime deve se manter calado, silenciado, sob pena de perder a vida ou ser expulso do país. Incentivar as classes, grupos oprimidos, a ter direito à voz era algo subversivo, perturbador para o regime que se instaurou no Brasil.

Na obra, Freire encontrou uma forma sábia de levar o debate da comunicação libertadora e questionar a educação extensionista naquele momento terrível que o nosso país vivia, uma educação extensionista, aliás, que foi levada para as salas de aula e que fazia do alunado verdadeiro depósito de conteúdo, sem a possibilidade de provocar questionamentos. Ainda temos muito dessa educação nos tempos atuais. É bem verdade que o contexto da ditadura civil-militar brasileira não aparece na obra citada, mas existem outras formas de falar de ditaduras sem precisar citá-las diretamente, existem outras formas de chamar a atenção para que se contribua na luta contra as opressões de toda ordem.

Freire (1985), ao apresentar e analisar a principal distinção entre extensão e comunicação, dois importantes termos da obra, contribui, mesmo naquele contexto adverso brasileiro, para a compreensão de que a comunicação é aquela que aciona, em relação, sujeitos ativos e participativos no ato do conhecer humano, em busca da humanização do Ser. A humanização só pode

existir em coparticipação. Isto era tudo o que os generais do período não queriam: sujeitos em busca de sua emancipação de forma coletiva.

Já o termo extensão, de acordo com Freire (1985), é o oposto disso, é o ato tecnicista do engenheiro agrônomo, que pode ser ampliado para as outras áreas. Um método instrumental de estender/depositar conhecimento, que parte de uma pessoa que se acha superior a outra, que julga mais importante, autorizado e elevado seu conhecimento e que, por isso mesmo, é o mais legitimado na sociedade, portanto, essa é uma prática autoritária de conhecimento, de se estabelecer relações de mandonismo para anular os seres humanos. No conceito de comunicação defendido por Freire não cabe esse tipo de construção unilateral, uma vez que há o “que fazer verdadeiramente educativo” para a libertação.

Considerações finais

Neste trabalho não investimos em uma leitura resenhada, tampouco descritiva ou comparativa, das obras *Pedagogia do oprimido* e *Extensão ou comunicação?*, de Paulo Freire, mas apostamos fundamentalmente na força da potência criativa que temos de dialogar com essas obras na tentativa de construir, com Freire, novas chaves de leituras para as questões contemporâneas.

A luta cotidiana dos oprimidos e das oprimidas para restaurar a sua palavra como direito tem sido constante. Mas, entre recuos e avanços na história, há muita

resistência e novas formas coletivas de lutar em defesa de um mundo possível, mais justo e que respeite a pluralidade e as diferenças. Logo, o direito à palavra, como condição da existência humana, é fundamental nas lutas anticapitalistas, antirracistas, anti-capacitistas e anti-heteropatriarcais, para que os sujeitos possam escrever as próprias histórias, trilhar os próprios caminhos, participar ativamente do mundo, assumindo o protagonismo que lhes cabe.

Por exemplo, as matrizes da argumentação entre reflexão e ação freiriana, por meio do direito à palavra, aproximam-nos da luta dos povos indígenas no Brasil, na resistência histórica contra a dominação e opressão dos colonizadores, no combate cotidiano pela garantia do direito de existir, com narrativas próprias, principalmente pelos direitos históricos a seus territórios e de serem reconhecidos como povos. Nesse caminho, citamos a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que vem se constituindo nos últimos anos como uma grande rede de referência nacional do Movimento Indígena no Brasil. Assim, a ação e a reflexão dos indígenas tem sido a luta pelas suas próprias formas de vida, pelo direito à palavra, às línguas, com suas identidades, religiões e cosmovisões coletivas, pelas suas existências.

Destacamos, assim, o relatório produzido pela Indigenous Peoples Rights International (IPRI, 2021)⁹, que diagnosticou o aumento da perseguição e criminalização de lideranças indígenas no Brasil,

⁹ O Ipri é uma iniciativa liderada por indígenas, fundada em 2019. O relatório *Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena*, foi produzido em abril de 2021, em parceria com a Apib.

principalmente pelo poder estatal, com a finalidade de silenciar a luta dos povos. Segundo esse relatório (IPRI, 2021), entre as práticas identificadas estão: prisão, condução coercitiva, invasão domiciliar, perseguição física e política, ameaças por meio de redes sociais, exposição de familiares, assédio policial e judicial, perseguição por líderes políticos locais etc.:

[...] há menos de quarenta anos os indígenas não podiam sair das suas aldeias, da sua casa, sem pedir autorização do órgão indigenista oficial do Estado Brasileiro, a Fundação Nacional do Índio (Funai). Ser indígena era, por lei, proibido de ir e vir, castigados por falarmos suas línguas maternas, obrigados a trabalhos forçados. Aquele que teimasse e falasse sua própria língua, quando não morto, tinha sua língua cortada (IPRI, 2021, p. 13).

Mesmo que a Constituição de 1988 tenha garantido os direitos dos povos indígenas, ainda hoje estes têm de lutar cotidianamente contra aqueles que ainda os excluem das políticas públicas e pensam esses sujeitos de modo subalternizado/inferiorizado ou de um senso comum de que os indígenas gozam de privilégios e não de direitos.

Logo, nossas argumentações vão ao encontro dos debates empreendidos nos dois potentes livros, mesmo passados mais de 50 anos de existência, lançados pelo educador, filósofo e comunicador popular, no exílio, em Santiago, no Chile. As duas obras exigem novas compreensões por colocar na centralidade o direito à palavra dos oprimidos e das oprimidas como componente fundamental da existência humana e o convite radical para todos e todas que queiram se

somar à causa, colocando de lado a chamada “falsa generosidade” (FREIRE, 2011b).

Ao realizarmos o exercício de pensar um mundo possível para todos e todas, retornamos a Paulo Freire, trilhando com ele outras epistemologias populares latino-americanas, para além da cartilha do pensamento da modernidade Ocidental. Assim, não foi por acaso que seu trabalho teve um impacto poderoso em toda a América Latina, na África etc., desde os anos 1960, e também não é por acaso que esse impacto perdura até o momento atual.

Se, no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), seu pensamento era tido como subversivo e inimigo do Brasil (por isso foi censurado e exilado), no século XXI, volta a assombrar as estruturas da extrema-direita, de base pentecostal, latifundiária e militarizada, que está no comando do país. Se comunicar é existir, faz sentido o projeto de desumanização da hegemonia, de querer eliminar a existência dos oprimidos e das oprimidas; em contrapartida, se comunicar é existir, faz sentido também a rebeldia delas e deles, a inquietude para recuperar, para ontem, o direito à palavra para a transformação da ordem injusta, racista, colonial, homofóbica, heteropatriarcal, capacitista etc. que ganhou força e muitos defensores em nosso país. O direito à palavra ontem, hoje e amanhã!

Por isso, Paulo Freire continua sendo cada vez mais necessário. E na atual gestão federal brasileira, assentada na extrema-direita, e no atual contexto de pandemia global da covid-19, que afeta de modo distinto as pessoas, mas principalmente os oprimidos e as oprimidas, precisamos reaprender com

Freire a mobilizar ações e pessoas e a lutar pela esperança, uma necessidade ontológica, que pulsa do verbo esperar, jamais do verbo esperar; esperança que só faz sentido com os outros seres humanos, em coletividade, na luta (FREIRE, 2011a).

A propósito, este artigo foi escrito com a esperança freiriana. O intuito é de somar às vozes que participam do âmbito das celebrações do centenário de vida de Paulo Freire, que muito contribuiu com o nosso país e com o mundo e defendeu uma cidadania sem distinção de gênero, raça ou classe. ■

[CÉLIA REGINA TRINDADE CHAGAS AMORIM]

Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com bolsa CNPq. Tem pós-doutorado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coordenadora do projeto *Cidadania Comunicativa: lutas por direitos nas periferias da Amazônia* e do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia (UFPA).
E-mail: celiamorim@ufpa.br

[ALDA CRISTINA SILVA DA COSTA]

Docente do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação da UFPA. Doutora em Ciências Sociais pela UFPA. Tem pós-doutorado em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (Unama). Coordenadora do projeto *Mídia e violência: sentidos e significados na Amazônia* (UFPA/CNPq); e do grupo de pesquisa *Narrativas Contemporâneas na Amazônia* (Narramazônia).
E-mail: aldacosta@ufpa.br

Referências

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Dossiê internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil 2021**. Brasília, DF: Apib, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3NQs0TN>. Acesso em: 4 abr. 2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. **Nossa luta é pela vida: covid-19 e povos indígenas - o enfrentamento das violências durante a pandemia**. Brasília, DF: Apib, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3NFXFY2>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BOFF, Leonardo. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 9-12.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil - Dados de 2019**. [S. l.]: Cimi, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tVJRAR>. Acesso em: 1 abr. 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DIANTE da disseminação do Covid-19 mulheres indígenas cobram atenção das autoridades. [S. l.: s. l.], 2020. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Mídia NINJA. Disponível em: <https://bit.ly/3J54tet>. Acesso em: 4 abr. 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 237-255, 2005.

INDIGENOUS PEOPLES RIGHTS INTERNATIONAL. **Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena**. Bagoio City: Ipri; [S. l.], 2021. Disponível em: <https://bit.ly/35BCwgE>. Acesso em: 1 abr. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Venício Artur de. Atualidade do conceito de comunicação em Paulo Freire. In: LIMA, Venício Artur de. **Mídia**: teoria e política. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 55-70.

PERUZZO, Cicília. Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária. **Famecos**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, ID24207, 2017.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um discurso sobre a ciência**. 7. ed. Porto: Afrontamento, 2015.

TROMBETA, Sérgio. Alteridade. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 50-51.